n.º 244/2015, de 19 de outubro, prestam toda a informação relacionada com a atividade desenvolvida:

- a) Quantidades de petróleo bruto e produtos de petróleo recebidos em armazém no território nacional, com identificação dos locais de armazenamento;
- b) Quantidades de petróleo bruto e produtos de petróleo expedidos para exportação;
- c) Destinatários nacionais dos produtos refinados e respetivas quantidades.

Artigo 12.º

Prestação de informação da atividade de transporte por conduta

Os operadores identificados na alínea c) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 244/2015, de 19 de outubro, prestam toda a informação relacionada com a atividade desenvolvida:

- a) Tipo e quantidade de produto rececionado por origem;
- b) Tipo e quantidade de produto entregue por destino;
- c) Valores mensais praticados por tonelada/litro conforme o tipo de produto em causa.

Artigo 13.º

Prestação de informação das atividades de distribuição e comercialização:

1 — Os operadores identificados nas alíneas d) e e) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 244/2015, de 19 de outubro, prestam a seguinte informação relacionada com a atividade desenvolvida:

- a) Quantidade de combustíveis adquiridos por tipo;
- b) Quantidade de combustíveis vendidos, por tipo;
- c) Valor da faturação, por tipo de combustível;
- d) Preços praticados em bomba, sempre que existir alteração, por tipo de combustíveis, incluindo o GPL.

2 — Os valores da faturação e os preços praticados em bomba, nos termos das alíneas c) e d) do número anterior são enviados para a ENMC no formulário único a aprovar por portaria do membro do Governo responsável pela área da energia, conforme previsto no n.º 5 do artigo 24.º-C do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 244/2015, de 19 de outubro.

3 — Os operadores que procedem à comercialização de garrafas de GPL em número superior a 1000 por ano, comunicam à ENMC as quantidades comercializadas nos termos estabelecidos no presente regulamento.

4 — Os comercializadores grossistas informam a ENMC sobre as interrupções de abastecimento não relacionadas com a execução contratual.

5 — Os comercializadores retalhistas informam a ENMC sobre as interrupções no serviço de abastecimento de combustíveis ocorridas no respetivo posto.

Artigo 14.º

Prestação de informação sobre incorporação de biocombustível

A prestação de informação exigida nos termos e prazos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, respeitante às atividades de produção, importação, armazenagem e incorporação de biocombustíveis, é efetuada de acordo com o estipulado no artigo 3.º do presente regulamento.

Artigo 15.º

Prestação de informação sobre a constituição de reservas

A informação legalmente exigida pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto, respeitante à constituição de reservas, é prestada nos termos do artigo 3.º do presente regulamento.

Artigo 16.º

Prazos

O envio da informação de reporte prevista no presente Regulamento é efetuado à ENMC, nos termos estabelecidos, até dia 15 de cada mês, com referência aos dados do mês anterior.

Artigo 17.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de abril de 2016.

5 de fevereiro de 2016. — O Conselho de Administração da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E. P. E.: *Paulo Carmona*, Presidente do Conselho de Administração — *José Reis*, Vogal Executivo. 209342802

HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 186/2016

Por deliberação do Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E., de 16 de dezembro de 2015 foi autorizada a dispensa da prestação de serviço de urgência, ao Dr. Pedro Alexandre de Campos Pereira Dionísio, Assistente Graduado de Cardiologia, ao abrigo do n.º 9 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90 de 6 de março, com a redação dada pelo n.º 14 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 44/2007 de 23 de fevereiro, articulado com o artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 177/2009 de 4 de agosto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de fevereiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Manuel Gonçalves Carvalho*.

209338623

Deliberação (extrato) n.º 187/2016

Por deliberação do Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E., de 14 de janeiro de 2016:

Manuel António Morais Trinca, Assistente Hospitalar de Cardiologia, autorizada a dispensa da prestação de serviço de urgência, ao abrigo do n.º 8 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90 de 6 de março, com a redação dada pelo n.º 13 do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 44/2007 de 23 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 177/2009 de 04 de agosto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de fevereiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Administração, *Manuel Gonçalves Carvalho*.

209339214

Deliberação (extrato) n.º 188/2016

Por deliberação do Conselho de Administração do Hospital Espírito Santo de Évora, E. P. E. de 16 de dezembro de 2015, o Dr. Fernando Manuel Pinto Carvalho Araújo, Assistente Graduado de Anestesiologia, em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, foi autorizado a acumular funções privadas na Soerad — Sociedade de Estudos Radiológicos, L.ª — Torres Vedras. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de fevereiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Manuel Gonçalves Carvalho*.

209340031

Deliberação (extrato) n.º 189/2016

Por deliberação do Conselho de Administração do Hospital Espírito Santo de Évora, E. P. E. de 03 de dezembro de 2015, a Dr.ª Maria Teresa Gomes Cardoso, Assistente Graduada Sênior de Pneumologia, em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, foi autorizada a acumular funções privadas na Euromedic — Clínica de Diagnóstico pela Imagem, referente aos anos 2014 e 2015. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de fevereiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Manuel Gonçalves Carvalho*.

209340064

Deliberação (extrato) n.º 190/2016

Por deliberação de 30 de dezembro de 2015 do Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.:

Dr.ª Maria Filomena da Silva Baptista Caldeira Massas, Assistente Graduada Sênior de Patologia Clínica, nomeada em comissão de serviço para exercer as funções de Diretora de Serviço de Patologia Clínica, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2015. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de fevereiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Manuel Gonçalves Carvalho*.

209339969